

Ousar a esperança: organizar o Bloco para a reconquista das nossas vidas.

Programa para a Comissão Coordenadora Concelhia do Porto do Bloco de Esquerda
Mandato 2015/2016

Portugal atravessa um período de agonia social, apresentando sinais de crise do sistema, cujas raízes estão assentes no terreno movediço da alternância política que tem governado Portugal desde há muito tempo. O processo de transferência de riqueza para quem vive da especulação e do abuso deixa marcas profundas entre quem vive do trabalho. O Porto é o retrato deste processo: uma cidade esvaziada de gente, onde os que resistem enfrentam um desemprego acima de 15% e uma precariedade generalizada que leva, muitas das vezes, à emigração forçada. O corte nos apoios sociais massacra as vidas de milhares de pessoas que, na sua maioria, não têm direito a uma habitação digna. Acusamos quem nos trouxe a esta situação: os que nos últimos anos firmaram o pacto da austeridade e desistiram do país.

Ao nível da autarquia, os pequenos passos diferenciadores e o tom distinto de relacionamento com as instituições e cidadãos apresentado pelo novo executivo, nomeadamente ao nível da política cultural, não esconde a permanência das enormes desigualdades e carências da cidade.

Faltam respostas concretas e tangíveis às cidadãs e aos cidadãos do Porto para combater a desigualdade social e territorial que cresceu como nunca: a reabilitação urbana permanece um fiasco, o investimento municipal diminuiu mais de 100 milhões de euros e o desemprego quase duplicou. A resposta à crise social por parte da cidade é ainda insuficiente para travar as políticas de austeridade que fizeram disparar o desemprego e acentuar desigualdades. A visão assistencialista apresentada pelo executivo não altera a raiz da pobreza e exclusão na cidade do Porto. O Rivoli voltou a servir a cidade, outros equipamentos ficaram ainda esquecidos. O Bolhão não terá intervenção em 2015. O Cinema Batalha, que se provou ter público, permanece encerrado e em degradação.

Parte deste problema é político. A eleição de Rui Moreira, apoiado pelo CDS-PP, e a posterior coligação com o PS de Manuel Pizarro levou à Câmara Municipal, e à maioria das Freguesias da cidade, os protagonistas do costume, PSD, CDS e PS, aglomerados sem as cores partidárias, e aos quais se juntaram algumas celebridades que se proclamam apolíticas. Esta amálgama, que despolitiza a vivência da cidade, não serve as pessoas que no Porto anseiam por uma transformação nas suas vidas.

Impõe-se, por isso, a afirmação de uma proposta política alternativa.

É necessário garantir a participação popular assim como apoiar as resistências sociais onde elas existem. Uma cidade atrativa para os turistas tem de ser uma cidade habitada

e viva. A requalificação urbana, a reocupação das habitações e a defesa dos espaços públicos são garantes de que o centro histórico não se transforme um parque temático. Mas entre as nossas grandes prioridades está ainda quase tudo por fazer: a resposta à crise social, o resgate da democracia, a devolução do Porto às pessoas e a reabilitação da cidade.

Precisamos organizar uma resposta, retomando o diálogo com quem nos acompanhou no processo autárquico, estando presentes em iniciativas que pensam e discutem a cidade e nas quais o Bloco deve ser presença ativa, partindo dos princípios da nossa candidatura autárquica e da intervenção que tem sido feita.

O Porto ainda não foi virado ao contrário.

O mandato desta coordenadora concelhia terá ainda dois momentos políticos importantes, os quais vale a pena sublinhar: as eleições legislativas e as eleições presidenciais. Em ambas é imperativo assumir um compromisso de trabalho colectivo de grande dimensão, com capacidade de mobilização, que combata o sectarismo e envolva o máximo de pessoas, para fazer frente à austeridade e à alternância.

I

Por uma Coordenadora Concelhia dinâmica e mobilizadora, onde se viva a diversidade do Bloco

1. A nova Comissão Coordenadora Concelhia (CCC) deve promover a renovação deste órgão, e do seu futuro secretariado, o que deve ser assumido com clareza.
2. A CCC deve representar a diversidade ativista, militante e política dos aderentes que constituem o Bloco e bater-se pela sua mobilização.
3. Na Concelhia e nos seus órgãos, a prática coletiva e horizontal de debate, de tomada de decisões e ação conjuntas deve ser a prioridade, tendo, para isto, que se tornar mais fluída a comunicação entre os elementos da CCC.
4. A replicação de membros da estrutura distrital deve ser acautelada para o mínimo necessário, de forma a envolver mais e outros aderentes em órgãos de decisão, e a manter-se a estrutura alargada que mais facilmente consiga cobrir as diversas áreas de intervenção. Estas reuniões deverão manter-se abertas a todos os aderentes da Concelhia.
5. O Bloco deve, igualmente, ter um sistema permanente de comunicação e articulação, que inclua pelo menos três dimensões: a comunicação interna da própria CCC, que tem de ser melhorada; a comunicação interna com os aderentes, com atualização regular do site e com um *boletim* com as atividades da Concelhia, da cidade, mas também do distrito e nacionais. A comunicação e presença na cidade do Porto deve passar por reforçar os meios, que permitam desencadear campanhas com impacto, e uma presença constante na cidade, retomando o uso de mupis assim como a calendarização de distribuições.

6. Uma agenda com os acontecimentos que decorrem na cidade deve ser promovida, assim como ativação de página de facebook e agenda no site.

7. O acompanhamento sistemático da comunicação social deve ser assumido pela CCC, quer na divulgação das atividades do partido quer em espaços de opinião e de tomada de posição política.

II

Por uma agenda política que enraíze o Bloco

O que alimenta a democracia é a mobilização dos cidadãos, numa tensão crítica e permanente. O enraizamento do Bloco impõe-nos um desafio de multiplicação das frentes de combate. A atual concelhia do Porto tem tido várias dificuldades no desenvolvimento do seu trabalho, e o esforço contínuo de militantes que se batem diariamente em contextos de grande adversidade política não tem sido suficiente para a implementação a nível local. Assim sendo, propomos o seguinte:

1. A CCC deve, além de desdobrar a agenda nacional, acompanhar a política ao nível da cidade e da região, intervindo nas questões locais, procurando e implementando a articulação com associações de intervenção na cidade, de moradores, de defesa dos espaços públicos da cidade, mas também em coordenação com a distrital e com a Região Norte.

2. **A CCC deve assumir prioridades:** a defesa dos serviços públicos, nomeadamente dos STCP e do SNS. A luta contra a municipalização do ensino. O combate à pobreza. A denúncia das consequências da turistização e gentrificação da cidade. A defesa de uma reabilitação urbana que devolve o direito à cidade e não exclui. O processo do Aleixo e de São João de Deus, de exclusão, desprezo pela população e repressão da divergência deve ser parado e não pode voltar a repetir-se. A construção de pólos e coletivos que juntem pessoas na insurgência contra a austeridade.

3. Não devemos abandonar a ideia de que é necessário devolver o Porto às pessoas, através da disponibilização de casas a preços acessíveis, investimento em equipamentos como parques infantis ou centros de convívio, continuar a luta contra cortes de água ou luz e os despejos.

4. Batermo-nos pela manutenção do património público que o atual executivo quer alienar, na continuidade de Rui Rio.

5. A CCC deve abrir espaço a iniciativas militantes que se possam desenrolar em espaços da cidade, assim como todo o apoio a aproximações com associações locais que cada militante possa desencadear. Adicionalmente, o espaço da sede deve ser assumido como um espaço aberto à dinamização de actividades por parte dos e das camaradas.

6. A CCC deve contribuir para a agenda mensal de intervenção dos deputados do círculo do Porto, promovendo a sua ida regular a locais onde se trava a luta social e ao diálogo com quem no terreno defende o Estado social e os direitos das pessoas.
7. A CCC deve valorizar todas as dinâmicas políticas que acrescentem luta e ideias no combate contra a austeridade, a desigualdade e as discriminações, assim como uma postura de abertura a outras vozes e de alargamento do seu espaço político.
8. A solidariedade militante e a abertura a iniciativas propostas pelos aderentes são essenciais.

Sobre a importância da ligação entre os eleitos, a CCC e os activistas

A ligação com os ativistas que se envolveram na última campanha autárquica, que dinamizamos em conjunto, deve ser restabelecida e reativada com a maior celeridade. Esta rede externa ao Bloco é já uma rede de implantação local e que permite estender a ação do Bloco no território com os cidadãos e cidadãs, mas também com os ativistas que foram mantendo os espaços quotidianos de luta na cidade.

Sem paternalismos, com vontade de trabalho conjunto e em prol da cidade, como se verificou em 2013, a articulação com o Grupo de Acompanhamento do trabalho autárquico [GATA] e grupos de ação em espaços da cidade, e externos à sede, devem ser articulados, mas autonomizados relativamente à ação institucional do Bloco. A capacidade de auscultação e identificação de pontos de movimentação da cidade depende, também, deste interface e de conseguirmos a sua manutenção como espaço de cidadãos e cidadãs políticos que vivem uma cidade.

As expectativas de um movimento que possa ser muito mais que a concelhia do Bloco de Esquerda é desejável e expectável para que aqueles e aquelas com que partilhamos a nossa visão para a cidade se continuem a aproximar do Bloco, enquanto espaço político e partidário que estende as suas lutas. Também a dinamização dos grupos de intervenção nas freguesias deve ser retomado para que a capacidade de intervenção institucional, mas especialmente local, possa ter um carácter mais constante e efetivo sobre todo o território. Descentralizar da ação da Assembleia Municipal, para espaços onde o equilíbrio de poderes nos é mais facilmente modificável e favorável, passa também por estes grupos.

...

Juntamo-nos neste apelo a uma unidade do Bloco no concelho, escrevendo e comprometendo-nos com um programa de quem vai à luta. Não temos tempo para o sectarismo. Nos últimos dois anos animámos uma agenda popular de resistência à troika e à austeridade, solidários com as manifestações de rua e as iniciativas de auto-organização cidadã, firmes na construção de alternativas políticas em torno de causas decisivas, como a defesa dos STCP e dos serviços públicos na cidade, presentes na

resistência popular aos cortes de luz e ações de despejo, presentes nas ações que reivindicam e celebram cultura para a cidadania, intransigentes no enfrentamento dos preconceitos e da violência de género, ativos na dinamização do pensamento socialista para a transformação social.

Lista Candidata

Mandatário da candidatura: **Nuno Moniz**

efectivos

- 1- João Teixeira Lopes
- 2- Ada Pereira da Silva
- 3- José Soeiro
- 4- Esmeralda Mateus
- 5- Pedro Lourenço
- 6- Susana Constante Pereira
- 7- Soares Luz
- 8- Maria Manuel Rola
- 9- Adriano Campos
- 10- Andrea Peniche
- 11- Pedro Figueiredo
- 12- Conceição Nogueira
- 13- Paulo Ricardo
- 14- Ana Paula Sequeiros
- 15- Isaque Palmas
- 16- Dalila Teixeira
- 17- Hugo Monteiro
- 18- Francisca Bartilotti
- 19- Jorge Lourenço

suplentes

- 1- Ilda Afonso
- 2- José Lino
- 3- Ana Maria Silva
- 4- Tiago Braga
- 5- Maria José (Zeza) Guedes
- 6- Pedro Ramajal
- 7- Madalena Lima
- 8- Jorge Paiva
- 9- Marta Bessa
- 10- Álvaro Azevedo